Oportunidades de financiamento Rede Natura 2000

FEAN P

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

2014 - 2020

Portugal Arquipélago da Madeira

Lisboa, 24 de janeiro de 2014



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR



notas de abertura:

o FEAMP

- privilegia a inovação e o conhecimento científico;
- fomenta a transferência do conhecimento para o setor das pescas;
- deveria entrar em vigor a 1 de janeiro de 2014, mas está ainda em negociação com o PE, podendo ter alterações no acordo político.

Portugal Arquinélago da Madeira





2007-2013

- Fundo Europeu das Pescas (FEP) (Reg. nº 1198/2006)
- Reg. N.º 861/2006
 - Controlo
 - Recolha de Dados
- OCM (*Reg.* № 104/2000)
- POSEIMA (RUP) (Reg. n.º 791/2007)
- Politica Marítima Integrada (PMI)

2014-2020

VISÃO INTEGRADA POLÍTICA

DO MAR

FEAMP

Instrumento financeiro único

Portu Arquipélago



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR



O QUE MOTIVA A CALENDARIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DO FEAMP?

O QUE MOTIVA A CALENDARIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DO FEAMP?

FEAMP

(ainda pendente de acordo tripartido)

O QUE MOTIVA A CALENDARIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DO FEAMP?



O QUE MOTIVA A CALENDARIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DO FEAMP?



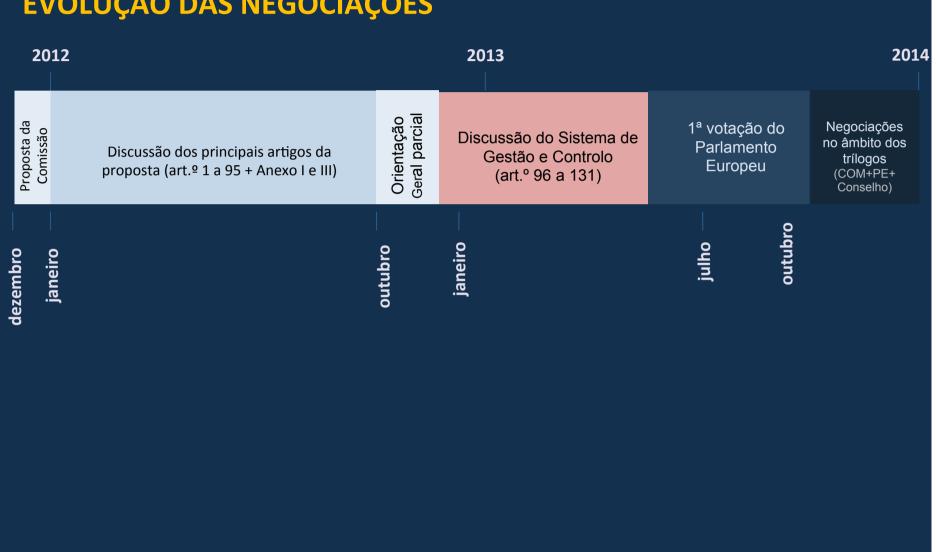


Regulamento das Disposições Comuns dos nova Política Comum de Pescas **Fundos** (FEDER, FSE, FC e FEAMP) nova Organização Comum Mercados **FEAMP** (ainda pendente de acordo tripartido) Acordo de Parceria (FEDER, FSE, FC, FEAMP)

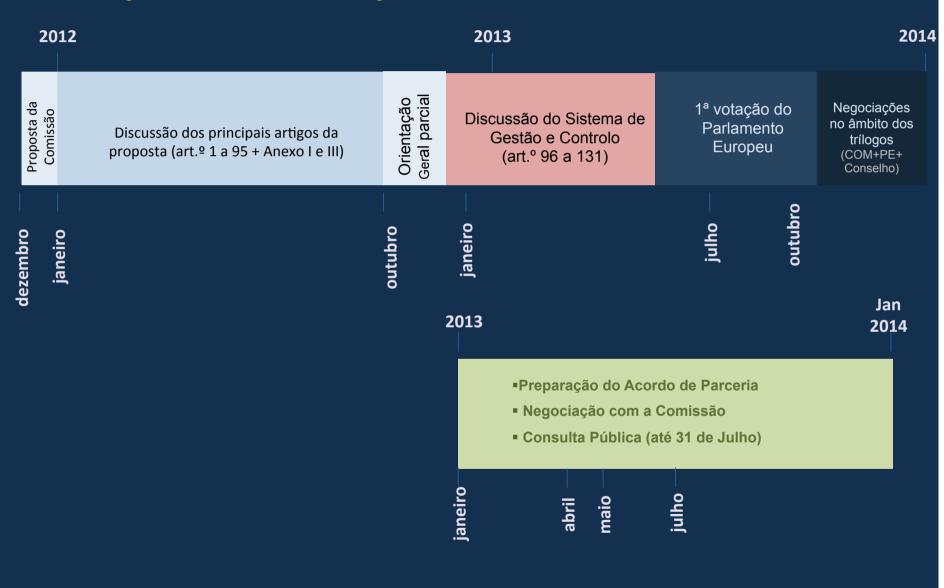


FEAMP – FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS EVOLUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES

EVOLUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES



EVOLUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES



FEAMP - PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Contribuir para os objetivos de Estratégia 2020 (competitividade, sustentabilidade, inclusão social);
- Responder aos desafios e exigências da nova Politica Comum das Pescas (PCP) e da Organização Comum de Mercados (OCM);
- Possibilitar o cumprimento das obrigações decorrentes do Programa de Recolha de Dados, do Controlo e Vigilância no âmbito da PCP e da Politica Marítima Integrada (PMI)





FEAMP - PRINCIPAIS CONSENSOS/PRIORIDADES

(Conselho Ministros Pescas-U.E-julho2013):

- Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo das pescas, da aquicultura e da industria (a nível económico, social e ambiental, prevendo apoios à frota, à aquicultura, à industria e aos portos de pesca); (art.º 58 a 57º);
- Fomentar o desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, diversificando as atividades e aumentando o emprego (art.º 58 a 66º);
- Promover a execução das medidas da OCM, em torno das Organizações de Produtores (art.º 68º a 72º);

Arquipélago da Madeira





(cont.) PRINCIPAIS CONSENSOS/PRIORIDADES

- Apoiar medidas especificas destinadas às RUP para facilitar o escoamento dos produtos; (art.º 73º a 75º);
- Dinamizar as medidas de Controlo e vigilância da Pesca e de Recolha de dados (art.º 78º e 79º).
- Fomentar a execução da PMI (art.º 79-B e 79-C)

Nas prioridades relativas à pesca, à aquicultura e à PMI estão previstas medidas de proteção e restauração da biodiversidade





PESCA SUSTENTÁVEL

PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS MARINHOS:

•Gestão, restauração e monitorização dos Sítios NATURA e de Áreas Marinhas Protegidas no âmbito da DQEM (Artigo 38º);

•Gestão e restauração de Sítios NATURA afetados por pesca em águas interiores (Artigo 42º).



Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Mairitimos

AQUICULTURA SUSTENTÁVEL

- •Aquisição de equipamentos que protejam as explorações de predadores selvagens constantes das Diretivas Aves e Habitats (Artigo 52º);
- •Custos diretos na conservação e reprodução de animais aquáticos no âmbito de conservação da biodiversidade (Artigo 54º).
- •Compensações anuais por perda de rendimento resultante de requisitos de gestão de sítios Natura (Artigo 54º);





POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA (PMI) – Gestão Partilhada (PO)

- •Promover a proteção da biodiversidade do meio marinho e das AMP, como os Sítios NATURA, no âmbito da DQEM (Artigos 79-B e 79-C)
 - •Proteção do meio marinho no âmbito das Diretivas Habitat e Aves
 - •Maior conhecimento para os Programas de Monitorização e de Medidas da DQEM

Portugal Arquipélago da Madeira







POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA (PMI) – Gestão Direta (COM abre concursos) -

- •Promover a proteção da biodiversidade do meio marinho e das AMP, como os Sítios NATURA, no âmbito da DQEM (Artigos 81 e 82)
 - Estudos
 - Projetos
 - •Informação ao público, conferências, seminários
 - •Sistemas informáticos para gestão, validação intercâmbio de dados
 - •Redes de dados

Portugal Arquipélago da Madeira

